

Direcção Regional de Viação Algarve

Despacho n.º 3290/2005 (2.ª série). — *Delegação de competências.* — No uso da faculdade de subdelegação que me é conferida nos termos do n.º 2 do despacho n.º 11 777/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140, de 16 de Junho de 2004, e tendo em consideração o disposto nos artigos 36.º e 37.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego na chefe da Divisão de Contra-Ordenações da Direcção Regional de Viação Algarve, licenciada Maria Luísa Carneiro Miguel, as seguintes competências:

1 — Tendo presente o disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de Outubro, e na alínea b) do n.º 2 do despacho do Ministro da Administração Interna n.º 24 798/2002 (2.ª série), de 28 de Outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 269, de 21 de Novembro de 2002:

- a) Instruir os processos de contra-ordenação por infracções ao Código da Estrada e seus regulamentos;
- b) Proferir decisões, incluindo a aplicação de coimas e sanções acessórias, bem como condenação em custas, nos processos de contra-ordenação cuja decisão caiba ao director-geral de Viação, de acordo com as orientações gerais produzidas;
- c) Promover a execução das sanções aplicadas;
- d) Executar os deveres previstos no artigo 142.º do Código da Estrada.

2 — Tendo presente o disposto no n.º 4 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, a assinatura da correspondência ou do expediente necessário à mera instrução dos processos para as matérias respeitantes às actividades da Divisão de Contra-Ordenações, salvo nos seguintes casos:

- a) Quando dirigido a órgãos de soberania, gabinetes de membros do Governo ou dirigentes de nível superior e de nível intermédio de 1.º grau dos serviços e organismos da Administração Pública;
- b) Quando envolva compromissos financeiros.

Ratifico os actos praticados desde 1 de Abril de 2004, no âmbito das competências ora subdelegadas.

12 de Janeiro de 2005. — O Director Regional, *Fernando Mateus*.

Governo Civil do Distrito de Castelo Branco

Aviso n.º 1507/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 96.º do mesmo diploma, faz-se público que se encontra afixada, para consulta, a lista de antiguidade do pessoal do quadro deste Governo Civil reportada a 31 de Dezembro de 2004.

De acordo com o n.º 1 do artigo 96.º do citado diploma, qualquer reclamação à presente lista deve ser apresentada no prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso.

28 de Janeiro de 2005. — O Secretário, *Alcino Milheiro da Costa e Silva*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho (extracto) n.º 3291/2005 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Dezembro de 2004 do vice-presidente do Instituto da Vinha e do Vinho:

Maria Natália de Almeida Lourenço Fazenda Silva, assistente administrativa principal do quadro de pessoal do Instituto da Vinha e do Vinho — autorizada a prorrogação da requisição, neste serviço, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Janeiro de 2005. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, ADMINISTRAÇÃO LOCAL, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e Direcção-Geral das Autarquias Locais

Acordo n.º 25/2005. — *Acordo de colaboração — ligação urbana entre o Fundão e aldeia de Joanes, com ligação à Avenida de Eugénio de Andrade, no município do Fundão.* — Aos 19 dias do mês de Outubro de 2004, entre a directora-geral das Autarquias Locais e o presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, da parte da administração central, e o município do Fundão, representado pelo presidente da Câmara Municipal, é celebrado um acordo de colaboração de cooperação técnica e financeira, integrado no regime estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objecto do acordo

Constitui objecto do presente acordo de colaboração a ligação urbana entre o Fundão e aldeia de Joanes, com ligação à Avenida de Eugénio de Andrade, no município do Fundão, cujo investimento elegível ascende a € 609 000.

Cláusula 2.ª

Período de vigência do acordo

O presente acordo produz efeitos a partir do momento da sua assinatura e cessa em 31 de Dezembro de 2005.

Cláusula 3.ª

Direitos e obrigações das partes contratantes

1 — Cabe aos serviços da administração central contratante:

- a) Acompanhar a execução física e financeira dos trabalhos, verificar a colocação, no local de construção, de painel de divulgação do financiamento obtido, visar os autos de medição e verificar as facturas através da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR Centro);
- b) Processar, através da Direcção-Geral das Autarquias Locais, a comparticipação financeira para a administração central, sobre os autos visados pela CCDR Centro, e na proporção do financiamento aprovado. Estes pagamentos têm por base os projectos que tenham obtido o parecer favorável da CCDR Centro;
- c) Prestar, na medida das suas possibilidades, através da CCDR Centro apoio técnico à Câmara Municipal outorgante, designadamente no lançamento do concurso e fiscalização da obra.

2 — Cabe à Câmara Municipal contratante exercer os poderes que integram a sua qualidade de dono da obra, nomeadamente:

- a) Elaborar e aprovar os respectivos estudos e projectos de execução, bem como recolher os pareceres técnicos que forem exigidos por lei;
- b) Tomar as iniciativas conducentes à abertura de concurso para a adjudicação da obra;
- c) Organizar o *dossier* do projecto de investimento, devendo, em caso de execução da obra por administração directa, ser dado cumprimento ao despacho n.º 13 536/98 (2.ª série), do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 179, de 5 de Agosto de 1998;
- d) Colocar, no local de realização das obras, painel de divulgação do financiamento obtido, nos termos do disposto no despacho n.º 11/90, do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, de 15 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 4 de Maio de 1990;
- e) Fiscalizar a execução dos trabalhos, podendo, para o efeito, solicitar o apoio técnico da CCDR Centro, em conformidade com o disposto neste acordo;
- f) Elaborar os autos de medição dos trabalhos executados e, uma vez visados, proceder ao pagamento na proporção correspondente à participação financeira de sua responsabilidade;
- g) Elaborar a conta final e proceder à recepção provisória e definitiva da obra.